

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A RETÓRICA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Dra. Amanda André de Mendonça
Universidade Estácio de Sá - UNESA

RESUMO: Com o propósito de pensar a formação de uma agenda moralista e moralizante do país e as relações entre Estado, religião e democracia, este artigo se propõe a investigar o papel da chamada “ideologia de gênero” na composição de um quadro conservador que se desenhou no Brasil de forma mais explícita na última década, através de polêmicas, como por exemplo, a tramitação e aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE em 2014. A partir deste caso almeja-se apresentar a ingerência de diferentes segmentos conservadores, com destaque para

ação de agentes religiosos, na produção das políticas educacionais do país. Através de uma pesquisa qualitativa, envolvendo análise documental e levantamento de discursos que se destacaram neste percurso, buscou-se identificar os principais argumentos e de que forma contribuíram para o que se considerou como um pânico moral em torno da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira. Por fim, pretendeu-se com esse artigo contribuir com os estudos referentes à laicidade e à importância desta para o estágio de democracia do país.

PALAVRAS-CHAVE: Laicidade; Democracia; Políticas Educacionais.

“GENDER IDEOLOGY” AND THE CONSERVATIVE RHETORIC IN BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT: For the purpose of thinking about the formation of a moralistic and moralizing schedule of the country and the relations between State, religion and democracy, this article proposes to investigate the role of the so-called "gender ideology" in the composition of this conservative framework that was designed in Brazil more explicitly in the last decade, through the controversy surrounding the process and approval of the National Plan for Education - PNE in 2014. From this case, it is hoped to present the interference of religious and conservative segments in the production of the country's educational policies. The identification of the agents involved in this

dispute, their movements and discourses are part of this work, which seeks to make explicit the relationship between the State secularism and the degree of democracy experienced in the country. Through a qualitative research, involving documentary analysis and a survey of speeches that stood out in this course, we sought to identify the main arguments and how they contributed to what was considered as a moral panic about the "gender ideology" in society Brazilian. Finally, it was intended with this research to contribute with the secularism studies and its importance of this to the stage of democracy of the country.

KEYWORDS: Laicity; Democracy; Educational Policies

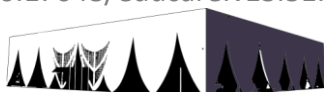


INTRODUÇÃO

O desafio de interpretar as relações do religioso com a política e com a ordem social mais ampla ao longo da história recente tem gerado grandes debates teóricos e conceituais em diferentes esferas de pensamento, com destaque para as produções no campo da sociologia, da educação e da ciência política. De acordo com autores como Pierucci (2006) e Oro (2011), que compõem este círculo, pode-se dizer que, do ponto de vista legal, não há um modelo único que rege as relações entre religião, política, Igrejas e Estado nas diferentes formações sociais. A existência dessa diversidade de modelos provoca, por certo, a necessidade de considerar a possibilidade de múltiplas abordagens quando se trata da discussão sobre a laicidade do Estado.

Compreendendo a laicidade como um conceito controverso e polissêmico, na medida em que envolve tanto o debate acerca da liberdade religiosa e do espaço público quanto à ideia de esfera privada e da religião como parte dela, busca-se neste artigo abordá-lo pela perspectiva de elemento capaz de contribuir com uma maior imparcialidade do Estado em questões afetas ao mundo religioso. Ou seja, parte-se do entendimento de que um Estado laico prescindiria da religião para sua coesão social e assim não estabeleceria vínculos com as Igrejas.

Esta concepção também abrange a ideia da laicidade como matéria de disputa constante entre diferentes agentes e campos. A este respeito, vale a pena destacar que a noção de campo aqui utilizada se referencia no conceito de Bourdieu (2007), segundo o qual “os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam”. Portanto, o que determinaria um *campo* seria a ação dos agentes e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem



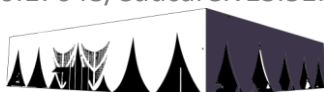
tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante a economia particular de cada *campo* (BOURDIEU, 2007, p.129).

Desse modo, estabelece-se um quadro onde a laicidade se configura enquanto um elemento constante de batalha entre inúmeros campos, alternando momentos de avanço e outros de recuo tanto das posições mais laicas quanto das religiosas. Portanto, de acordo com esta perspectiva, estas disputas são constantes e ininterruptas. A laicidade do Estado se caracteriza, assim, como um processo contínuo, que visa alcançar um estágio onde não se admite imposições de instituições religiosas, para que tal ou qual lei seja aprovada, ou vetada pelo Estado e seus representantes; nem que alguma política pública seja alterada devido a valores religiosos.

A laicidade, enquanto princípio apresenta-se de forma dúbia na Carta Constitucional de 1988, já que não há uma menção explícita ao caráter laico do Estado brasileiro em nenhum artigo, o que vem suscitando inúmeras interpretações tanto na sociedade, quanto no cenário político brasileiro. Desta forma, mesmo após iniciado o “processo da laicização” na Primeira República, assistem-se disputas em torno da sustentação de privilégios para grupos religiosos e até mesmo por mais espaços destes na esfera estatal. Tal processo, portanto, não gerou o declínio da presença pública da religião e/ou a perda de prerrogativas ofertadas a determinados credos.

O fato é que mesmo sendo o Brasil um Estado juridicamente apartado de qualquer instituição religiosa, não houve a desmonopolização religiosa, ou seja, a eliminação, ou pelo menos minimização, dos privilégios facultados a grupos religiosos, o que garantiria a liberdade e a igualdade religiosa (CARNEIRO, 2014). O movimento recente tem sido o contrário, o de expandir privilégios para mais grupos religiosos.

Se ao longo de toda nossa história a Igreja Católica gozou de diversas prerrogativas, incluindo presença privilegiada no aparelho estatal, a partir da



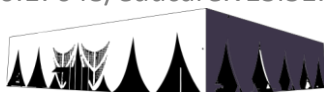
redemocratização em fins da década de 1980, outras confissões religiosas passaram a demandar esta mesma ocupação, reivindicando os mesmos benefícios garantidos aos católicos. A laicidade passou inclusive a ser defendida por estes segmentos, pela perspectiva de garantia de liberdade religiosa e de igualdade de direitos para todas as crenças, como forma de ampliação da atuação destes grupos.

Considera-se, portanto, que há uma apropriação de segmentos religiosos de parte da noção de laicidade para desenvolver um “rateamento do Estado”, ou seja, para promover uma divisão e uma ocupação da esfera estatal por outros grupos religiosos e não mais apenas pelos católicos. Esta interpretação constitui uma das hipóteses aventadas neste trabalho.

METODOLOGIA

O quadro apresentando corrobora com o estudo desenvolvido acerca da relação entre Estado, religião e democracia e os múltiplos elementos e conceitos que contornam esta discussão. Tais noções fundamentam a pesquisa desenvolvida. Para isso, utiliza-se como referência, no âmbito do campo de produção das políticas públicas educacionais, o estudo do Plano Nacional de Educação - PNE aprovado em 2014 (BRASIL, 2014). O Plano é um documento que estabelece metas para a área nos 10 (dez) anos subsequentes e foi elaborado a partir da Conferência Nacional de Educação, realizada em abril de 2010. A base da política educacional para a próxima década passou tanto pelo Senado quanto pela Câmara dos Deputados e foi tema central de discussão por diversos segmentos da sociedade civil organizada, intelectuais, ativistas da educação, ONGS, movimentos sociais e sindicais, por mais de dois anos.

Em seu último espaço de aprovação, antes de seguir para a sanção da então presidenta Dilma Rousseff, o projeto de lei foi alvo, em especial, de uma

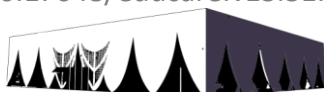


série de questionamentos feitos principalmente por lideranças e partidos de oposição ao governo, com destaque para a proposta de destinação dos 10% do PIB para a educação. Dentre os entraves para sua aprovação figuraram também os conflitos em torno da presença de dispositivos sobre a questão de gêneroⁱ e orientação sexual no texto do Plano.

Representantes religiosos ligados principalmente a setores hegemônicos da Igreja Católica e também de diferentes denominações evangélicas e setores conservadores no Congresso Nacional, destacando-se os agentes das chamadas bancadas do boi e bancada da bala, protagonizaram esse embate com setores da sociedade civil, dos movimentos sociais e com alguns parlamentares e empenharam-se na supressão da referência a gênero e orientação sexual do PNE. Após um período de intensa disputa foi efetivada a retirada de tais pontos e o Plano foi sancionado pela presidenta. A exclusão destes dispositivos do texto representou uma vitória política e simbólica para estes agentes religiosos, já que garantiram a aprovação do PNE sem a inclusão destes pontos e deram uma enorme visibilidade social aos discursos em torno da chamada “ideologia de gênero”. A referência a tal termo passou a ser central em grande parte dos discursos destes segmentos.

O cenário recente envolvendo as relações entre Estado e religião que, inclui novos agentes e pleitos, como no caso do PNE, demonstra que a participação da religião e a influência que exerce nos assuntos de natureza coletiva permanecem sendo um ponto central para as discussões sobre diferentes assuntos relacionados à esfera pública.

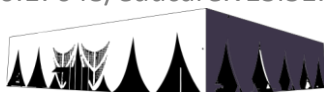
A correlação entre a participação religiosa na esfera pública brasileira, democracia e laicidade constituem, portanto, as noções centrais para a análise acerca da ingerência de segmentos religiosos no campo de produção das políticas educacionais brasileiras.



Por isso, realizou-se um levantamento dos principais argumentos utilizados nos discursos pró “gênero” no PNE e os que compuseram a retórica contrária a tal presença. A identificação de tais argumentos alicerça a construção de um quadro analítico acerca da natureza das alegações, a forma como foram trabalhadas nos discursos, atendendo a quais objetivos e como impactaram o imaginário social da população.

É importante dizer que para esta análise sobre o discurso dos diferentes segmentos implicados na disputa do PNE e os argumentos neles contidos, buscou-se categoriza-los em dois campos: progressistas e conservadores. É de suma relevância destacar que há inúmeros limites nesta categorização proposta. Categorizar argumentos é uma tarefa árdua e complexa, que inclui considerar inúmeros elementos e fatores. Contudo, nos limites estabelecidos por este trabalho, compreendeu-se que a proposta estruturada entre progressistas e conservadores atende ao objetivo de auxiliar a interpretação da movimentação dos agentes ora estudados, a partir da importância e da força instituída em uma retórica que adquiriu grande repercussão social.

Com a categorização construída também foi possível realizar um levantamento de como tais argumentos foram explorados e de que forma contribuíram para o estabelecimento de um pânico moral na sociedade. Para isso, utilizou-se como referência a teoria de Albert Hirschman (1992) sobre a retórica da intransigência, buscando-se identificar como a retórica dos segmentos reacionários, com participação de agentes religiosos, contribuiu de sobremaneira para consolidar a vitória destes setores, ou seja, a retirada de qualquer referência a “gênero” do Plano e a disseminação de um pânico em torno da chamada “ideologia de gênero”.

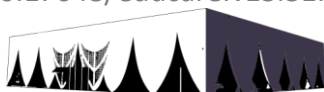


DISCUSSÕES

Partindo-se do pressuposto de que está em curso no Brasil uma agenda moralista e moralizante, baseada na convergência de diferentes setores, destaca-se a ação dos agentes religiosos na conformação deste quadro. Nesta agenda, é de extrema relevância, o debate e as ações em torno do que se convencionou chamar no Brasil de “ideologia de gênero”. Conforme exposto anteriormente, a expressão, assim como a notoriedade do tema, adquiriu grande visibilidade social e política após a tramitação do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2014. A temática figurou entre as grandes polêmicas envolvidas na aprovação do Plano e constituiu os discursos de grande parte dos agentes envolvidos diretamente com o PNE, bem como diversos grupos sociais.

A ofensiva de lideranças religiosas e setores conservadores na educação brasileira através da temática de gênero e orientação sexual, como exposto neste trabalho, mobilizaram inúmeros segmentos sociais e afetou o imaginário social através das “ameaças” que a presença destes temas na escola representaria para as famílias, para as crianças e para nossa sociedade. Em grande medida, as bases para o impacto frente a estes segmentos e para o desenrolar no campo político e no de produção das políticas educacionais, estiveram diretamente vinculadas a retórica e aos discursos produzidos por agentes e lideranças de diferentes campos na última década.

De acordo com os defensores da existência de uma “ideologia de gênero” a identidade do sujeito é definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino. Ou seja, não existe para este grupo a ideia de construção social dos papéis de gênero. O sexo biológico determinaria necessariamente a identidade de gênero. Para sustentar esta noção os agentes religiosos utilizaram prioritariamente como referência “especialistas” e profissionais da área da saúde, como o Dr. Christian Schnake, médico chileno e especialista em Bioética que diz:



A ideologia de gênero é uma tentativa de afirmar para todas as pessoas que não existe uma identidade biológica em relação à sexualidade. Quer dizer que o sujeito, quando nasce, não é homem nem mulher, não possui um sexo masculino ou feminino definido, pois, segundo os ideólogos do gênero, isto é uma construção social (SCHNAKE, 2015).

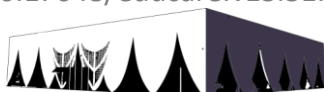
Apoiando-se na legitimidade dos estudos científicos, a utilização destes discursos médicos por parte dos segmentos religiosos e conservadores tem como objetivo fortalecer um caráter “*natural*” do argumento apresentado.

Destaca-se nesta noção apresentada a identidade sendo definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino e com o uso de referências médicas e bioéticas para sustentar este primeiro argumento. Neste sentido, alegam que as “imposições culturais” é que estariam levando a este novo “comportamento” de escolha entre ser homem, mulher, bissexual ou homossexual, e que coloca a identidade biofísico-sexual como algo ultrapassado:

Quando a criança nasce, não deve ser considerada do sexo masculino ou sexo feminino; depois ela fará essa escolha. Essa é a chamada ‘Identidade de gênero’ ou ‘Ideologia de gênero’. A identidade sexual resulta do modo que a criança foi educada, por isso, às vezes, é diferente da sexualidade biológica. Um dos objetivos dessa ideologia é eliminar as diferenças sexuais entre o masculino e feminino, que são determinadas por diferenças biológicas entre homem e mulher. Inclusive, já existem escolas para crianças na Suécia e na Holanda, onde não se pode chamar o aluno de menino ou menina, chama-os apenas de crianças, porque eles devem decidir quando crescerem se serão homens ou mulheres, o que é antinatural (COELHO, 2015).

Aliada a questão da identidade de gênero como algo inato, os conservadores também tratam da sexualidade como fruto da natureza humana, ou seja, não existiria orientação sexual, mas determinação a partir do gênero masculino ou feminino. Portanto, a ordem natural para este grupo é a heterossexualidade. De acordo com os preceitos defendidos por estes agentes, homens e mulheres são complementares:

Percebe-se que nada disso está presente na conjunção carnal entre dois homens ou entre duas mulheres. Falta a dualidade, a complementaridade e a fecundidade próprias do verdadeiro ato sexual. Os atos de homossexualismo são uma grosseiríssima caricatura da união conjugal, tal como foi querida por Deus e inscrita na natureza. A ideologia de gênero



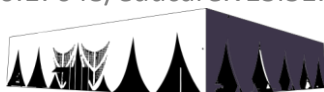
pretende, porém, obrigar as crianças a aceitar com naturalidade aquilo que é antinatural. (CRUZ, 2014).

Nota-se também, no que se refere à sexualidade, que para estes segmentos conservadores é fundamental o vínculo com a ideia desta como sendo fruto da natureza humana e de instinto. Portanto, as “tentativas” de desconstrução do que seria o “sexo natural” são entendidas por este grupo como ataques à ordem instituída e natural da vida humana. Assim, os partidários da existência de uma “ideologia de gênero” reafirmam noções baseadas em determinismo biológico, tanto para gênero quanto para sexualidade, e utilizam para isto discursos médicos e religiosos e suas fundamentações, como o do professor Hermes Rodrigues Nery, especialista em Bioética (pela PUC-RJ), coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida e Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté, e Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família que afirma que há uma utilização da ideologia de gênero como ferramenta política para minar a família e para a desconstrução da heteronormatividade.

Outro elemento fulcral apresentado por este grupo é o da centralidade da preservação da família. Para os agentes religiosos, em especial, a defesa de o modelo nuclear de família é matriz e organizador de suas posições:

Gênero, orientação sexual e identidade de gênero são palavras que você, certamente, já escutou onde esperaria encontrar o termo masculino e feminino. Mas cuidado, porque novos termos no linguajar social podem tentar esconder uma ideologia que visa desconstruir o modelo de família e sociedade como a conhecemos hoje. (CANÇÃO NOVA, 2014)

Cumprе mencionar que estes argumentos estão relacionados ao que grande parte dos setores religiosos cristãos entendem por marxismo cultural, ou seja, um conjunto de ideias que buscam trazer abaixo a cultura ocidental. O objetivo, na realidade, segundo estes agentes, seria a destruição da família, já que para o pensamento marxista a família representaria uma instituição burguesa que vai de encontro aos ideais revolucionários.

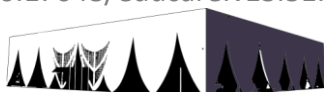


A referência veemente à defesa da família por estes agentes reforça também a ideia de que a equiparação das uniões homoafetivas à condição de família seria um desvirtuamento do que a Igreja católica, por exemplo, considera como a base da sociedade. A fala do Bispo Dom Henrique Soares, *Titular de Acúfica e Auxiliar de Aracaju*, de que a Igreja não tem “nada contra os homossexuais, mas tudo contra ao fato de que isso seja considerado família e que venha, a partir daí adoção de filhos e, assim, o conceito familiar seja tão dilatado”, ajuda a entender como tais argumentos são apresentados.

Verifica-se, portanto, nos pronunciamentos e no arcabouço teórico defendido por segmentos católicos a heteronormatividade e a noção de família nuclear como pilares de sustentação da fé cristã. Propostas e segmentos que visem à desconstrução destas noções são entendidas como tentativas de desarticulação do cristianismo. Esta abarcaria desde a defesa de políticas de inseminação artificial, venda de embriões, a liberação da pílula do dia seguinte abortiva, “camisinhas” nas escolas, barriga de aluguel, células embrionárias, transitando pela liberdade da expressão artística, o mal que fazem as novelas, o perigo de alguns movimentos sociais, chegando até a ideia de cristofobia, ou seja, a perseguição aos cristãos, o laicismo e a expulsão de Deus da sociedade.

Cumpram-se destacar o papel precursor da Igreja Católica na batalha encampada contra o “gênero” e sua articulação com as políticas públicas. Neste sentido, diversas instituições, governos, partidos, movimentos e lideranças tornaram-se alvo de ataques de parcela da instituição católica como sendo responsáveis pelo risco que a existência das famílias estaria correndo. Alguns agentes, como Felipe Aquinoⁱⁱ, chegaram a acusar organizações como a ONU de quererem destruir a família natural, constituída por um pai, uma mãe e seus filhos (AQUINO, 2011).

Também é importante destacar a atuação dos agentes evangélicos na constituição dessa retórica conservadora e contrária a “ideologia de gênero”. Marisa Loboⁱⁱⁱ, uma das agentes mais atuantes desta coalizão conservadora



afirmou, por exemplo, que: "A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de 'homofobia'), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a transformação da sociedade em uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários". E acrescentou:

Muitos brasileiros ainda não entenderam o perigo da ideologia de gênero. Políticos querendo ser politicamente corretos em época de eleição estão condenando o Brasil a uma farsa que vai promover a maior guerra de gerações jamais vista. E aqui chamo a atenção também das lideranças religiosas, que tem um papel fundamental de alerta e esclarecimentos de seus membros e se fecham em suas igrejas de forma egoísta. Líderes que se alienam, colocam em risco a própria igreja, pois não preparam os membros para conviver sem se contaminar com essas ideologias farsantes (LOBO *Apud* MARTINS, 2014)

Se os católicos iniciam os ataques à categoria gênero, ainda na década de 1990, e cunham a expressão “ideologia de gênero”, os evangélicos – através de algumas denominações e uma parcela significativa de agentes – não ficaram para trás. O crescimento demográfico e político exponencial experimentado por algumas denominações nas últimas décadas vêm sendo acompanhado de enfrentamentos públicos aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a perseguição à população LGBT^{iv}. Nessas pautas tem se estabelecido uma unidade de ação com os católicos - a despeito da disputa por fiéis no campo religioso – o que vem garantindo, por meio da junção de capitais destes segmentos, o fortalecimento da coalizão conservadora no Congresso Nacional. O quadro citado reflete como se constituiu a relação desses agentes no episódio do PNE.

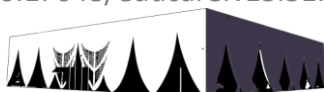
O quadro exposto acima identifica os principais argumentos que compuseram os discursos e a retórica da coalizão conservadora contra a articulação entre gênero e o PNE. Entretanto, cumpre assinalar que houve resistências e muitos embates entre os movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada e por estes representantes no Congresso Nacional.



A despeito de toda esta resistência apresentada, é sabido que a supressão da referência a gênero e orientação sexual foi efetivada e que a coalizão conservadora que protagonizou esse embate com a sociedade civil foi vitoriosa. São inúmeros os fatores a serem considerados numa análise sobre esta disputa e a vitória conservadora. Pelos limites estabelecidos por este trabalho será possível abordar todos eles, mas considera-se relevante elencar alguns deles, como a atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores (VITAL DA CUNHA, 2014) e o desempenho tímido da parcela da sociedade civil favorável à presença dos dispositivos no plano e dos grupos pró-laicidade frente aos embates com estes segmentos.

A fragilidade de algumas destas organizações sociais para realizar tais enfrentamentos, a pouca capilaridade em suas bases sociais e o poder de mobilização frente às mesmas também contribuíram com este quadro de fortalecimento dos conservadores. Além disso, é possível verificar ao longo da trajetória do campo de produção de políticas educacionais, que as pautas relacionadas à laicidade muitas vezes acabam virando “moeda de troca” de parte dessas organizações com os setores religiosos em vistas a garantir a aprovação de outros projetos considerados mais relevantes, o que desgasta e enfraquece os grupos que permanecem na disputa. Além da dificuldade enfrentada pela sociedade civil, outro fator importante para a compreensão do desfecho político do episódio do PNE está associado à permeabilidade do Estado e à dependência do governo petista do apoio da “bancada cristã” para sua “governabilidade”.

Soma-se a eles um fator primordial, que busco tratar neste trabalho, que foram os argumentos utilizados para sustentar e embasar a atuação da coalizão conservadora. Tal metodologia, que promove a identificação e interpretação da retórica utilizada na polarização em torno do PNE, propicia elementos para um diagnóstico mais detalhado acerca do pânico moral envolvendo a expressão gênero constituído ao longo dos últimos anos em nosso país, abrangendo diversos

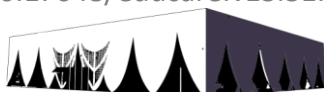


episódios do campo de produção das políticas educacionais, culminando no veto a terminologia no texto final do Plano.

Identificados os principais argumentos e a forma como estruturaram os discursos e a retórica dos agentes e lideranças que protagonizam o embate em análise, o papel que cumprem na lógica dos campos e assim a dinâmica da disputa estabelecida, cabe explorar de que maneira tais argumentações foram capazes de produzir o referido pânico moral, decisório para o conflito. Para isso, optou-se por relacionar estes argumentos com as teses de ameaça/risco e de perversidade, desenvolvidas por Hirschman ainda na década de 1990 e que permitem compreender como a exclusão de diversos segmentos é um efeito típico das sociedades democráticas modernas (HIRSCHMAN, 1992) e o papel que a retórica exerce no curso das transformações sociais.

Ao longo deste texto explorou-se a expressão pânico moral, em referência aos temores sociais que emergem com as tentativas de mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, identificadas como mais ameaçadoras. A fim de aprofundar as reflexões sobre esta temática é importante resgatar o pensamento de Stanley Cohen, desenvolvido ainda na década de 1960, sobre como a sociedade reagiria a determinadas situações e identidades sociais que presume representarem alguma forma de perigo. O autor buscou explicar o processo de sensibilização social no qual um tipo de comportamento e uma categoria de “desviantes” são identificados de forma que pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva (COHEN, 1972).

Assim, Cohen (1972) utilizou o conceito de pânicos morais para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagiriam a determinados rompimentos de padrões normativos. Vale ressaltar que algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas que repentinamente ganhou notoriedade. Segundo o autor, o pânico pode passar e ser esquecido da memória coletiva, como também pode ter



repercussões mais sérias e duradouras. Neste caso, ele pode produzir mudanças e interferências nas políticas públicas.

No caso analisado por este trabalho, viu-se que este recurso do pânico moral constitui-se em torno do gênero e vem sendo sustentado nos discursos de uma frente conservadora, o que resulta na interdição de políticas que visam transformações para o campo educacional. Para identificar como este temor social a expressão gênero ganhou corpo faz-se necessário delimitar o que neste trabalho vem sendo definido como conservador.

A ameaça configura umas das teses defendidas por Hirschman (1992) de resposta reacionária às transformações sociais em curso. As três sucessivas investidas contra os avanços "progressistas" no que tange a cidadania, abordados por Marshall, levaram Hirschman a outro trio: isto é, a três teses reativas/reacionárias que o autor denominou de "tese da perversidade", "tese da futilidade" e "tese do risco".

A "tese da perversidade" ou "tese do efeito perverso" sustenta que o pretense progresso levaria na verdade a um retrocesso. Nela, os conservadores buscam através da opinião pública demonstrar que a ação ou a política em nome da evolução e da mudança é equivocada. O argumento mais típico neste caso seria o de que essa ação produziria, através de uma série de consequências impremeditadas, o contrário exato do objetivo que se persegue. Ou seja, ao invés de promover avanços, se colocada em prática, tal medida poderia gerar regressões e atrasos para a sociedade.

Na segunda tese, a da "futilidade", Hirschman afirma que a tentativa de mudança seria abortiva, que, de um jeito ou de outro, as propostas e políticas para promover alguma alteração seriam na verdade aparência, fachada, adorno, e logo ilusórias, uma vez que as estruturas "profundas" da sociedade se manteriam totalmente intocadas. Importante destacar que nas duas teses os argumentos são



extraordinariamente simples e, para o autor, nisso, naturalmente, reside grande parte do seu atrativo.

Na última tese apresentada por Hirschman, “tese do risco” ou da “ameaça”, uma pergunta explica a proposição: faz sentido sacrificar o antigo progresso pelo novo? A partir dela ele explica como esse argumento reacionário se veste de progressista ao discutir como se tanto o novo quanto o velho progresso fossem desejáveis, para em seguida mostrar que a caso reforma em questão fosse levada avante, ameaçaria mortalmente uma reforma mais antiga e tida em alto apreço.

O quadro teórico elaborado por Hirschman acerca das retóricas conservadoras serve como referência para a análise que empreendo neste trabalho sobre os argumentos utilizados nos discursos contrários a presença de gênero no PNE, na medida em que nos permite identificar de que forma esta retórica contribuiu para consolidar tal posição na sociedade e para fortalecer estes segmentos sob a perspectiva, portanto, da teoria de Hirschman, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro comparativo - argumento reacionário x tese da ameaça ou Risco

ARGUMENTO REACIONÁRIO	TESE DA AMEAÇA OU RISCO
FIM DA IDENTIDADE BIOLÓGICA: definição a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino.	Ausência de papéis essenciais para a existência da sociedade, o de homem e mulher.
INCENTIVO A HOMOSSEXUALIDADE: contrariando a ideia de Homem e mulher como complementares e o sexo relacionado à reprodução.	Gênero na escola leve a homossexualidade e o fim da reprodução.

Fonte: Produzido pela autora

Nota-se que a coalizão conservadora, através do que o autor denominou como tese da ameaça, explorou centralmente dois argumentos: de que gênero na



escola levaria ao fim da identidade biológica, ou seja, não haveria mais homem e mulher a partir do sexo biológico e também a ideia de que estas discussões na educação seriam um incentivo a prática homossexual:

[...] há animais assexuados, como a ameba, que não têm sexo. Os animais sexuados, porém, têm necessariamente dois sexos. Não há uma espécie em que esteja presente apenas o sexo masculino ou apenas o feminino. Complementaridade: os dois sexos são complementares entre si. E isso não se refere apenas aos órgãos de acasalamento e às células germinativas (gametas) de cada sexo. A fisiologia e a psicologia masculinas encontram na fisiologia e psicologia femininas seu complemento natural e vice-versa. Fecundidade: a união de dois indivíduos de sexo oposto é apta a produzir um novo indivíduo da mesma espécie (PADRE LUIZ CARLOS LODI DA CRUS, Periódico de defesa da vida e da família, 2014).

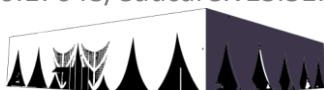
Com estes argumentos estes grupos difundem a percepção de que a sociedade está em risco, tanto de perder a existência de homem e mulher e da concepção de complementaridade dos dois, como o fim da própria espécie, já que com as relações homossexuais sendo “aceitas” a reprodução e as gerações futuras estariam ameaçadas.

A ameaça a partir da ideia de que a sociedade e especialmente a família estariam correndo o risco de acabar foi útil ao desenvolvimento do pânico moral e conseqüentemente ao fortalecimento da retórica conservadora contra uma medida de transformação social. Outros argumentos também foram utilizados com este mesmo intuito, como os expostos a seguir:

Quadro comparativo – Argumento reacionário x tese da Perversidade

ARGUMENTO REACIONÁRIO	TESE DA PERVERSIDADE
DESCONSTRUÇÃO DO MODELO DE FAMÍLIA: a base da sociedade.	O retrocesso de não termos mais a família.
TENTATIVA DE MINAR A FÉ CRISTÃ e de desarticulação do cristianismo.	Ataque aos valores básicos cristãos como efeito perverso do debate de gênero.

Fonte: Produzido pela autora.



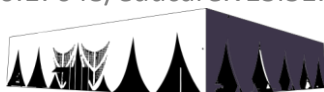
De acordo com o que Hirschman definiu como tese da perversidade traçou-se um paralelo com os argumentos que os conservadores utilizaram no PNE para defender que por trás de uma pretensa ideia de mudança e de progresso haveria na verdade um grande retrocesso. A possibilidade do reconhecimento de vários modelos de família que poderia configurar-se como um avanço na sociedade, para estes grupos representaria na prática um enorme atraso com relação à configuração social.

Importante sublinhar que comportamentos conservadores têm diferentes motivações e se manifestam em grupos sociais diversos. Ou seja, em períodos de transformação social medos são experimentados por diferentes grupos, pois “quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar” (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar sobre o percurso do PNE no Congresso Nacional acreditou-se ser pertinente falar que através dos discursos dos agentes e da constituição de uma retórica conservadora - baseada na ameaça, na perversidade e no risco – explorou-se o medo de grande parte da população sobre a possibilidade de novas identidades e as mudanças com elas trazidas. Mas o processo seguiu em curso, abrangendo não apenas a questão da identidade, mas uma ameaça total aos valores cristãos, formando um quadro social de pânico.

Tal quadro vem sendo aprofundado pela coalizão conservadora desde a aprovação do PNE, com seus agentes - com interesses diversos - atuam através de mecanismos de resistência e controle da transformação social explorando ambiguidades e distorção de fatos e informações, exacerbando medos, produzindo pânicos (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

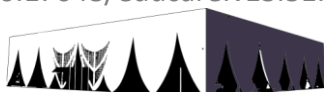


Por fim, cumpre dizer que este quadro desenhado a partir dos argumentos, dos discursos e da retórica de setores religiosos extremistas ajuda a perceber uma tendência contemporânea de pensar a sociedade como se esta estivesse sob ameaça constante. Vive-se no que Hirschman (1992) chamou de em uma sociedade de risco, ou seja, marcada pela percepção de que a modernidade aumenta a exposição da coletividade a perigos.

A gestão ou controle dos riscos torna-se o objetivo último da coletividade e leva à criação de novas formas de controle social. A partir dessa ideia resultaria a percepção de que a abordagem da categoria gênero pelo campo educacional ou qualquer trabalho pedagógico realizado no âmbito da construção social dos papéis vai de encontro a tal controle, sendo uma ameaça à existência e ao funcionamento da nossa sociedade. Desta forma, viu-se desde a aprovação do PNE inúmeras repercussões desse processo de pânico moral e de consolidação de uma retórica e atuação de uma coalizão conservadora se espalhando pelo país.

Sob este aspecto é importante dizer que a expressão “gênero” vem assumindo múltiplos significados e usos, tanto na academia, quanto nos espaços de militância e na esfera política. Muitas vezes vêm substituindo a referência às mulheres. Tendo em vista as inúmeras abordagens e referências possíveis a expressão gênero, é necessário ressaltar que neste trabalho gênero é entendido enquanto uma categoria que expressa os sistemas de relações sociais desiguais entre os sexos. E compreendo que sua presença no plano educacional, bem como a referência a orientação sexual, está associada à ideia de desconstrução destas relações hierárquicas, desiguais e discriminatórias.

Também é fundamental ressaltar o entendimento da escola ainda como um espaço privilegiado para os debates em torno de nossa conformação social, de nossas percepções de mundo e inclusive sobre a noção de democracia. Considerando-se ainda a autoridade pedagógica de seus agentes e todas as representações sociais que nela se constroem, torna-se fundamental o esforço em receber, nesta instituição, tais discussões. Consequentemente, gênero e



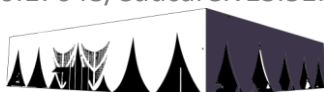
orientação sexual são elementos, de acordo com o entendimento apresentado, que devem integrar a formação escolar.

Outra constatação importante é a de que os agentes do campo político que protagonizaram as disputas do PNE são os mesmos em sua maioria que propuseram as leis do Escola Sem Partido e que vem combatendo qualquer projeto que, segundo eles, contrariam a tradicional moral cristã. Os discursos destes agentes baseiam-se principalmente na defesa da família (tradicional) e contra tudo que identifiquem como uma tentativa de destruição desta, como, por exemplo, a discussão de gênero.

Cumprir ainda destacar que a preservação da família e de seu papel predominante em nosso modelo social foi fundamental para que a aliança de setores liberais, conservadores e religiosos na política fosse bem-sucedida. Nesse sentido, o slogan “Meus filhos, minhas regras”, expresso em diversos materiais e atividades do Movimento Escola Sem Partido, ganhou centralidade como estratégia e recurso utilizado pela coalizão conservadora para ampliar seu apoio social.

Em suma, configura-se hoje uma aliança de diversos grupos conservadores, que buscam atuar de forma unificada para interferirem nas agendas pró-direitos da população LGBT e que visam à igualdade de gênero. A performance de tais segmentos está diretamente associada a influência na política pública ou em leis. Também é significativo, ao tratar da ação desta coalizão conservadora, mencionar o uso das redes sociais. O espaço virtual tem se consolidado cada vez como um cenário fundamental para o desempenho desses grupos conservadores.

O enfrentamento deste discurso em defesa da família tradicional e da retórica conservadora que propaga medos e leva ao pânico moral, não deve ser, portanto, secundário para as forças políticas progressistas. Não obstante, os movimentos feministas e em defesa dos direitos de gays, lésbicas e travestis tem cada vez mais colocado em questão as diferentes formas de opressão e de

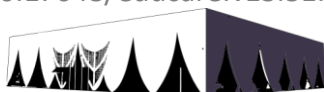


violência que vem afetando milhões de pessoas, o que tem feito urgir a necessidade de o campo progressista reavaliar as táticas políticas adotadas nestes confrontos.

Procurou-se ao longo deste artigo apontar para a importância de uma escola e uma educação laica. Isso significa negar a escola “neutra” e defender uma escola que promova os valores básicos que permitem a própria existência de uma ordem democrática. Como afirmou Ranquetat Júnior (2013): “o Estado laico não é neutro, pois advoga uma determinada visão de mundo e defende certos valores como a democracia, os direitos humanos, a igualdade e a liberdade”.

Ou seja, a educação laica assume uma tarefa pedagógica e positiva, abordando valores e princípios que propiciam o questionamento e o rompimento com uma série de entraves morais e colaboram para a abordagem de temas como gênero e sexualidade no segmento educacional sem interdições. Além disso, tais pressupostos apontam para a ideia do campo educacional enquanto um espaço de promoção da cultura e do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças.

O quadro descrito sobre a laicidade, o avanço dos religiosos no campo político, a formação de uma coalizão conservadora com alto grau de repercussão social, o estabelecimento de um pânico moral envolvendo “gênero”, confirma a hipótese deste trabalho de que grau de democracia está relacionado, dentre outros fatores, a laicidade do Estado. Quanto mais distante de um modelo que aparta a ingerência religiosa nas políticas públicas e ações do Estado, mais se aproxima de regimes desiguais, que excluem, segregam e discriminam. Por isso, defender a laicidade do Estado significa defender a democracia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, L; VASCONCELLOS, V. **Orientação curricular para educação infantil: Referencial Curricular Nacional (RCNEI) & Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI)**. In VASCONCELLOS, Vera. (Org.) *Educação da infância: história e política*. 2ª ed. Niterói/RJ, EDUFF, 2011.

ARAGÃO. J. **Entenda melhor a participação dos políticos evangélicos no Brasil**. *Sítio Gospelprime*. Seção política. São Paulo: 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/entenda-participacao-politicos-evangelicos-brasil/>>. Acesso em: 21 março. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

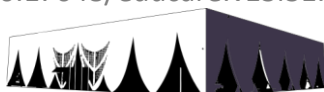
BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 29 out. 2017.

CARNEIRO, S. S. **Ensino Religioso no Rio de Janeiro: um bom caso para pensar religião, direitos humanos e as relações entre estado e Igreja**. In *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*.

COELHO, M.M. **Padre explica o que é a ideologia de gênero**. Coluna Notícias – Canção Nova. Aparecida/SP, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/brasil/padre-explica-o-que-e-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 28 novembro. 2017.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

CRUZ, L.C. L. **O perigo do “gênero” em educação**. *Sítio do Movimento Pró-Vida Anápolis*. Anápolis: 2014. Disponível em: <<http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/428-o-perigo-do-genero-em-educacao>>. Acesso em: 11 mar. 2018.



FERNANDES, M. G. **Ideologia de gênero: conheça seus perigos e alcances.** *Sítio Destrave. Canção Nova.* [S.l.], nov. 2014. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/dilma-rousseff-ideologia-genero-escolas/>>. Acesso em: 02 abril. 2017.

HIRSCHMAN, A.O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça.** São Paulo/SP, Companhia das Letras, 1992.

MARTINS, D. **Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação.** *Gospelmais.* São Paulo/SP, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/marisa-lobo-alerta-ideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html>>. Acesso em: 17 março. 2018.

ORO, P. A. **A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações.** *Civitas - Revista de Ciências Sociais,* Fortaleza/CE, v. 11, n. 2, p. 221-237. 2011.

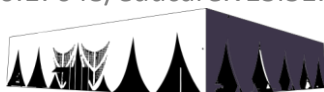
PIERUCCI, F. **A. religião como solvente – uma aula.** *Novos Estudos,* São Paulo/SP, n. 75, CEBRAP, jul. 2006.

VITAL DA CUNHA, C. **Religiões x democracia?: reflexões a partir da análise de duas frentes religiosas no Congresso Nacional.** In VITAL DA CUNHA, C.; MENEZES, R.C. (Org.). *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas.* Comunicações do ISER, Rio de Janeiro/RJ, n°69, ISER. 2014.

_____, LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014.** Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017. 196f.

ⁱ O uso atribuído pelos agentes estudados neste trabalho à expressão gênero abrange também orientação sexual e sexualidade. Apesar de não considerar este o emprego correto de tal categoria será feito uso dele para fins de análise a partir do seu emprego no episódio investigado neste artigo.

ⁱⁱ Doutor em engenharia mecânica pela UNESP e Mestre na área pela UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá). Possui um programa na Rádio Canção Nova, “No Coração da Igreja”, e dois programas na TV Canção Nova, “Escola da Fé” e “Pergunte e Responderemos”. É professor de História da Igreja do Instituto de Teologia Bento XVI na Diocese de Lorena. Escreve artigos e publica notícias no Portal Canção Nova e no site da Editora Cléofas.



ⁱⁱⁱ Psicóloga clínica brasileira, cristã, especialista em sexualidade humana com pós-graduação em saúde mental. Marisa Lobo é também colunista do Gospel+, um site de notícias evangélico. Em 2013, Marisa filiou-se ao Partido Social Cristão do Paraná (PSC).

^{iv} Neste trabalho será utilizado, mesmo quando tratar-se de períodos onde ela ainda não vigorava, a expressão LGBT para fazer referência Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. A sigla popularizou-se a partir da década de 1990 e é utilizada pelos movimentos sociais, pesquisadores e instituições que trabalham com a temática de gênero e de sexualidade em oposição às expressões com conotações negativas.

Recebido em: 08/04/2018
Aprovado em: 10/12/2018

